



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AFONSO DE PAIVA

- EQUIPA DE AVALIAÇÃO INTERNA



PLANO/PROJETO DE AVALIAÇÃO INTERNA

2013/2017



INDICE

Introdução	4
Enquadramento Teórico do Processo de Avaliação Interna	9
Diagnóstico	14
Fontes de Informação	14
Pontos Fortes	15
Pontos Fracos	16
Oportunidades	17
Constrangimentos	17
Áreas de Intervenção	20
Domínios a Monitorizar	
Ações a Desenvolver, Calendarização e Instrumentos de Monitorização	20
Domínio dos Resultados	21
Domínio da Prestação do Serviço Educativo	25
Domínio da Liderança e Gestão	26
Avaliação do Plano de Avaliação Interna	27
Comunicação/Divulgação do Plano de Avaliação Interna	27
Plano de Comunicação	28
Meios Reunidos	29
Objetivos	29
Monitorização e Avaliação	29
Plano de Melhoria	30
Legislação Aplicável	31
Anexos	33

INDICE DE ANEXOS

Anexo 1

Domínio I – Resultados

Definição dos Objetivos: Resultados Académicos e Resultados Sociais

Áreas de Intervenção, Campos de Análise e Metas e Indicadores de Avaliação

Fontes de Evidência e Instrumentos de Recolha dos Dados

Responsáveis pela Recolha e Tratamento dos Dados e Períodos de Observação

(Articulação com o Plano Estratégico do Diretor)

Anexo 2

Domínio I – Serviço Educativo

Definição dos Objetivos: Resultados Académicos e Resultados Sociais

Áreas de Intervenção, Campos de Análise e Metas e Indicadores de Avaliação

Fontes de Evidência e Instrumentos de Recolha dos Dados

Responsáveis pela Recolha e Tratamento dos Dados e Períodos de Observação

(Articulação com o Plano Estratégico do Diretor)

Introdução

A avaliação interna constitui um importante mecanismo que as escolas têm ao seu dispor para poderem projetar a sua imagem mas também, para regular o seu funcionamento, com vista a corresponder, cada vez mais, aos anseios das comunidades em que se inserem.

Acreditamos que a avaliação interna é o dispositivo que, efetivamente, nos permitirá olhar criticamente para a nossa escola no sentido de a transformar numa organização aprendente, apta a refletir sobre si mesma para poder responder mais eficazmente e com melhor qualidade aos desafios que quotidianamente lhe são colocados.

Concordamos com a definição do European Survey of Information Society (Esis, 2000) que caracteriza a autoavaliação como *o processo pelo qual uma escola é capaz de olhar criticamente para si mesma com a finalidade de melhorar posteriormente os seus recursos e o seu desempenho*.

Com base neste entendimento, construímos o nosso Plano de Avaliação Interna (PAI) que irá ser desenvolvido no período compreendido entre os anos letivos 2013.2014 e 2016.2017 e compreende um conjunto de ações que incidem sobre os aspetos a melhorar, os pontos considerados fracos e os que, embora sendo considerados fortes, devem também ser objeto de acompanhamento, de modo a reforçar a vantagem competitiva e a sustentabilidade dos esforços já realizados. Quer isto dizer que mesmo as áreas identificadas pela IGEC como positivas poderão ser sujeitas a ações de melhoria no sentido de garantir a sua continuidade ao longo do tempo.

A constituição da equipa enquadrou-se no Plano Estratégico do Diretor que reconhece como primordial a necessidade consolidar, aperfeiçoar e alargar os procedimentos de avaliação interna existentes, com vista à concretização das seguintes áreas de melhoria:

- Implementação de práticas reflexivas sobre os resultados escolares dos alunos e apresentação de propostas de estratégias de remediação;
- Práticas de inclusão e acesso a uma oferta formativa diferenciada, apoio aos alunos com mais dificuldades de aprendizagem, animação de projetos e práticas de ensino experimental;
- Valorização de formas de trabalho colaborativo entre docentes e de supervisão da prática letiva;
- Formação em contexto de *trabalho*;
- Elaboração do Projeto Educativo com efetiva participação da comunidade educativa, orientado por objetivos claros e exequíveis e apostado na afirmação de uma cultura própria e

de um clima de agrupamento que satisfaça as exigências de um serviço público educativo de excelente qualidade;

- Organização que favoreça a participação e o envolvimento da comunidade escolar e ofereça serviços eficientes e de qualidade;
- Instalações e equipamentos adequados, cuidados e respeitados;
- Liderança renovada que promova o diálogo e a colaboração entre os diferentes órgãos de gestão, no respeito pela sua individualidade;
- Comunidade que reconheça e valorize a escola e se constitui como um recurso;
- Instituição de regras claras e manutenção de um ambiente de disciplina e respeito;
- Eficiente circulação de informação;
- Trabalho consistente e exigente na constante monitorização da autoavaliação, adotando instrumentos fiáveis, mesmo que simples, de observação e acompanhamento.

Neste sentido, a equipa de avaliação interna definiu os seguintes objetivos:

- Apoiar a Direção do agrupamento na implementação de um conjunto de ações que permitam melhorar o desempenho organizacional através da elaboração do respetivo Plano de Melhoria (PM), procurando contribuir para uma maior qualidade, eficiência e eficácia.

Os aspetos a melhorar são analisados pela equipa de avaliação interna e, posteriormente, em articulação com as várias estruturas de coordenação pedagógica, definidas as ações a desenvolver, sendo estas organizadas por ordem de prioridade.

O Plano de Melhoria, parte integrante do planeamento estratégico global do agrupamento (Projeto Educativo, Plano Estratégico e Projeto de Intervenção do Diretor) requer e torna fundamental a sua efetiva implementação.

- Criar uma cultura de avaliação interna contínua e sistemática capaz de conduzir a uma melhoria da qualidade educativa, nas suas diversas dimensões (académica, social e cultural) no quadro de uma reflexão interna que envolva toda a comunidade educativa.

Incentivar o envolvimento fomentando a recolha de informação de forma sistemática e consistente, organizada em torno do projecto educativo do agrupamento, a comunicação clara e transparente, o trabalho colaborativo, a partilha.

Este Plano de Avaliação Interna resultou de uma reflexão sobre as conclusões retiradas pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC), no final do primeiro ciclo da Avaliação Externa das Escolas (2006-2011). Pretende selecionar um número realista e concretizável de prioridades para as quais se possam identificar objetivos específicos realizáveis e mensuráveis.

Relativamente à autoavaliação e melhoria a IGEC referiu fragilidades:

- Ao nível da continuidade e abrangência da autoavaliação;
- Na coerência entre a autoavaliação e a elaboração e implementação de planos de melhoria;
- Na participação da comunidade educativa.

Assim, propõem-se as seguintes estratégias de intervenção:

- Assegurar a continuidade e abrangência da autoavaliação;
- Implementação de coerência entre a autoavaliação e as ações para a melhoria;
- Utilização dos resultados da avaliação externa na elaboração dos planos de melhoria;
- Envolvimento e participação da comunidade educativa na autoavaliação;
- Integração da autoavaliação no planeamento, na organização e nas práticas profissionais.

Atendendo a que a Lei nº 31/2002, de 20 de Dezembro, designada por “Lei do Sistema de Avaliação da Educação e do Ensino não Superior” *se aplica aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário da rede pública, privada, cooperativa e solidária* (art.º 2), estabelece que a avaliação se estrutura tendo por base a autoavaliação e a avaliação externa e determina que a autoavaliação das escolas tem carácter obrigatório e se desenvolve em permanência, pretendemos que este seja um processo participado e partilhado na globalidade do agrupamento, nos departamentos, nas salas de aula, no relacionamento com os parceiros, na medida em que queremos que todos e cada um dos intervenientes exprima as suas perspectivas sobre a qualidade do nosso desempenho.

Pretendemos monitorizar de forma faseada (entre os anos letivos 2013.2014 e 2016.2017) os três (3) domínios e os nove (9) campos de análise propostos pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência/Avaliação Externa das Escolas:

- **Domínio dos Resultados**

Escolares, Sociais e o Reconhecimento da Comunidade, no ano letivo 2013.2014;

- **Domínio da Prestação do Serviço Educativo**

Planeamento e articulação, no ano letivo 2014.2015;

Práticas de ensino, que inclui a supervisão e monitorização do ensino-aprendizagem, no ano letivo 2015.2016;

- **Domínio da Liderança**

Gestão, autoavaliação e melhoria, no ano letivo 2016.2017;

A monitorização dos domínios e dos campos de análise será concretizada pelos membros da comunidade educativa, através da recolha planeada e articulada de informações pertinentes, válidas e fiáveis sobre o agrupamento. Será ainda avaliado o grau de adequação entre a informação e os critérios escolhidos.

Estes procedimentos conduzirão à tomada de decisões sobre as medidas implementadas que deverão continuar, por estarem a ter sucesso, e sobre as ações de melhoria a promover.

A intervenção da equipa de avaliação interna assenta nos princípios da ética, do rigor, da exigência, da transparência, da responsabilidade, da colaboração e da partilha, com a finalidade de contribuir para uma escola de referência, que se preocupa com o sucesso de todos os intervenientes no processo de ensino-aprendizagem.

Tem como metas assegurar:

- O exercício pleno da cidadania;
- Um ensino inclusivo, que fomente a igualdade de oportunidades e a valorização educativa de alunos com perfis de entrada diferenciados;
- Ofertas formativas diversificadas e a sua adequação à evolução das necessidades sociais;
- A prática de diferentes metodologias de ensino e de avaliação, orientadas para a promoção da autonomia na aprendizagem;
- A comunicação e o relacionamento interpessoal;
- A eficácia escolar através de políticas de formação, avaliação e melhoria de desempenho dos seus recursos humanos;
- A melhoria da qualidade nas práticas de gestão, de organização e no serviço educativo;
- A cooperação com os parceiros, para valorização das componentes locais e regionais do currículo.

A divulgação do plano de avaliação interna far-se-á no Conselho Pedagógico, no qual o coordenador da equipa passou a estar presente, nas reuniões dos vários órgãos e estruturas de orientação educativa e supervisão pedagógica e, através destes, a todos os professores, alunos, pais/encarregados de educação, pessoal não docente e parceiros, aos quais será ainda distribuído um desdobrável informativo.

Concordamos com Guerra (Miguel Ángel Santos, 2002), quando afirma que:

A avaliação reflecte a realidade das escolas e permite que os protagonistas se vejam com clareza e rigor. Da compreensão suscitada pela imagem contemplada, nascerá a decisão de corrigir um gesto, limpar o rosto, ou a realização duma operação mais complexa. O espelho tem de estar limpo e bem colocado. Não pode distorcer a imagem (...) Os interesses, a desonestidade, a arbitrariedade, a falta de ética, deformam a imagem e confundem quem nele se quer espelhar. Não compete aos avaliadores dizer aos protagonistas se estão a fazer bem ou a fazer mal. Muito menos aquilo que deve ser mudado. Simplesmente os ajudam a olhar-se com clareza, de modo a poderem formar um juízo mais fiel sobre o que fazem. Desse juízo, dessa compreensão hão-de surgir as decisões de mudança. Manter o espelho face à realidade, situá-lo de forma a receber uma imagem fiel, limpá-lo de impurezas que dificultem a visão, acolher as sugestões dos que nele se espelham, eis a tarefa dos avaliadores.

Estamos conscientes que as mudanças não podem ser impostas. Queremos que todos os que fazem parte deste agrupamento consigam ver com clareza o que fazem e consigam decidir o que têm que passar a fazer para contribuir para o sucesso de todos e de cada um.

A concretização do nosso plano de avaliação interna seguirá as três fases e os 10 passos preconizados pela Estrutura Comum de Avaliação (CAF), modelo de Gestão da Qualidade Total desenvolvido pelo setor público e para o setor público, inspirada no Modelo de Excelência da Fundação Europeia para a Gestão da Qualidade (EFQM®), incritos no quadro que a seguir se apresenta.



CAF 2013 (pag. 13)

Enquadramento Teórico do Processo de Avaliação Interna

A implementação de uma estrutura de avaliação interna não é um processo meramente burocrático. Remete, essencialmente, para o assumir duma vocação para a melhoria que a própria instituição pretende veicular no seu todo. Neste sentido, acreditamos que a avaliação interna é uma ferramenta para a mudança, assente em pressupostos de melhoria na qualidade do serviço prestado. A manifestação desses pressupostos não pode recair em perceções individuais ou expressões simplesmente opinativas sobre o que se “acha” que deve ser a Escola. Tentaremos funcionar em conformidade com as premissas que organizam o sistema educativo português e no cumprimento das expectativas de toda a comunidade que evolui no seio desta instituição.

A promoção da autoavaliação constitui um elemento estratégico fundamental neste quadro de regulação vertical da provisão da educação. Os diretores e os atores escolares são expressamente convocados para a montagem de dispositivos de autoavaliação, em cujos eventos e documentos se espera que circule e se reproduza o conhecimento que veicula os novos olhares sobre educação, marcados pela competividade e pela performatividade (Simões, Graça, 2013).

Longe vai o tempo em que a Escola constituía uma realidade estanque. Hoje existe toda uma interdependência que mescla e confunde a instituição escolar e a comunidade em que se insere. Esta crescente proximidade constitui um desafio que absolutamente desejamos abraçar na construção de novas sinergias e de novas cumplicidades, laborando numa realidade que aceitamos ser mais complexa, mas que também proporciona uma nova riqueza e uma nova profundidade.

O processo de autoavaliação deverá ser um passo em frente na concretização deste rumo (...) tendência crescente para a valorização de estratégias de regulação virada para a responsabilização pelos resultados (...) (Simões, Graça, 2013)

Sendo certo que os resultados escolares não são o centro nevrálgico do processo educativo, acreditamos que não é possível abstrairmo-nos tanto da sua dimensão, como do seu impacto. Neste sentido, embora não seja desejável um trabalho apenas focado nos resultados escolares, torna-se fundamental que estes espelhem cabalmente o percurso educativo preconizado nesta instituição.

Imperativos incontestáveis nas políticas públicas:

- *A obrigação de resultados, mas a autonomia de estratégias e processos;*
- *Uma rede de interdependências em vez de cadeias hierarquizadas de comando;*
- *Um planeamento flexível, provisório, continuamente monitorizado, na impossibilidade de soluções únicas e racionais;*

- A responsabilidade social para fazer face aos impulsos egoístas e interesseiros, que podem pôr em causa o bem comum num quadro de liberalização global;
- A valorização da concorrência, como estratégia de regulação.

O conceito de autonomia é regularmente enquadrado no universo educativo, contudo existe uma grande divergência na forma como esse conceito é desenvolvido nas escolas. Haverá, porventura, uma responsabilidade partilhada entre a tutela e as instituições, um continuado e porventura necessário “braço de ferro”, mas acreditamos que hoje existirá a oportunidade para construir uma verdadeira autonomia, da qual a avaliação interna poderá tornar-se primeiro garante.

No entanto, será a avaliação interna que poderá instrumentalizar verdadeiramente a autonomia da escola, fornecendo pautas modeladas para a compreensão e para a ação, tradutora da sua singularidade e dando conta de desvios antes de se verificarem desregulações (Simões, Graça, 2013).

A definição de avaliação interna e de autoavaliação podem confundir-se em diversos aspetos. O que procuramos definir é uma estrutura que sustente a prática pedagógica, depurando e priorizando a sua natural vocação para a melhoria. Esta premissa requer uma análise aprofundada de toda a dimensão procedimental da instituição e não apenas os resultados gerados na sua atividade.

Esta vocação para a melhoria é impossível de alcançar se não for alargada a todos os intervenientes, a todas as partes interessadas. Essa conquista não é fácil de alcançar, mas é crucial que suceda para que seja formado um compromisso plural em torno não de melhores resultados, mas duma melhor Escola.

(...) para viabilizar a possibilidade de regulação emancipatória da escola, tecida numa teia de sinergias dirigidas à melhoria e não numa focalização excessiva de bons resultados, configura-se a autoavaliação considerada por nós o instrumento por excelência da aprendizagem e a forma exemplar de avaliação e de regulação interna (Simões, Graça, 2013).

A avaliação interna é um processo de reconhecimento sobre o funcionamento da instituição e pode ser implementada de várias formas. A autoavaliação será a maneira mais adequada e assertiva para realizar esse processo, pois permite aos intervenientes pronunciarem-se sobre o percurso realizado, conhecendo, simultaneamente, os aspetos positivos e as áreas onde o desempenho pode e deve ser melhorado. Este postulado defende a criação de diferentes núcleos de autoavaliação, cujo âmbito, composição e regime de funcionamento serão definidos consoante as características da instituição. Estabelecidos esses núcleos, será mais simples fomentar e monitorizar domínios de interdependência entre eles, para que possa nascer a visão global que se procura alcançar com este processo.

Assim, partindo do real poder, mesmo que periférico, dos docentes, será do seu interesse refazer a sua relação com a Escola e com a profissão, aproveitando as retóricas da autonomia da escola e da ligação à comunidade. À escola enquanto organização e instituição também só interessará criar as condições para essa reconfiguração e muitas estarão ao seu alcance a começar por uma liderança transformativa, de coordenação e de potenciação das sinergias construtivas, e recusando outra solidariedade que não seja interna. E no âmago da questão teremos as pessoas dos alunos, que de centro retórico, deverão reconfigurar-se em centro de ação, potenciando todos os interesses (Simões, Graça, 2013).

Guião de Avaliação Interna

(10 Passos para aplicar a CAF)

Passo I

Decidir como organizar e planear a Avaliação Interna

1. Decisão
2. Integração das partes interessadas no processo de aplicação da CAF
3. Designação do líder do projeto
4. Pesquisa de informação sobre o modelo a implementar
5. Início do planeamento estratégico

Passo II

Criar uma Equipa de Avaliação Interna

1. Composição
2. Seleção
3. Dimensão
4. Líder da equipa
5. Recursos da equipa

Passo III

Divulgar o Projeto de Avaliação Interna

1. Criar o Plano de Comunicação
 - ✓ Como a autoavaliação pode fazer a diferença;
 - ✓ Por que razão foi considerada como prioridade;
 - ✓ Como está relacionada com o planeamento estratégico da organização;
 - ✓ Como está relacionada com o esforço global de melhoria do desempenho da organização;

2. Elementos para o Plano de Comunicação

- ✓ Destinatários;
- ✓ Informação a prestar;
- ✓ Responsáveis pela comunicação;
- ✓ Frequência da comunicação;
- ✓ Resultados esperados com as ações de comunicação.

Passo IV

Organizar a formação

(a calendarizar conforme disponibilidade de formação)

1. Divulgação e conhecimento da ferramenta CAF.

Passo V

Realizar a autoavaliação

(Durante os 2.º e 3.º Períodos Letivos)

1. Identificar as ações (Critério de Meios) e os resultados (Critério de Resultados), que contribuem para avaliação de cada subcritério e as respetivas evidências;
2. Identificar os pontos fortes e as áreas de melhoria (podendo ser identificadas sugestões de melhoria);
3. Registrar a grelha de autoavaliação (pontos fortes, áreas de melhoria, as evidências e as sugestões de melhoria);
4. Após o registo, revisão do diagnóstico e pontuação de cada subcritério.

Passo VI

Elaborar o Relatório que descreve os resultados da Avaliação Interna

(Final do Ano Letivo)

Elementos para o Relatório de Avaliação Interna

- ✓ Pontos fortes e áreas de melhoria para cada subcritério;
- ✓ Uma pontuação justificada por subcritério;
- ✓ Tópicos/sugestões para as ações de melhoria.

Passo VII

Elaborar o Plano de Melhoria

(Final do Ano Letivo)

Explicitar a razão de ser

1. Extrair do Relatório de Avaliação Interna os tópicos/sugestões de melhoria;
2. Analisar as sugestões de melhoria e formular ações de melhoria;
3. Priorizar as sugestões de melhoria e elaborar a visão global para o Plano de Melhoria;
4. Planear as ações de melhoria através da elaboração de fichas de ação de melhoria.

Passo VIII

Divulgar o Plano de Melhoria

(Início do Ano Letivo 2014/2015)

- ✓ Ações de comunicação
- ✓ Oportunidade de reenquadramento da instituição
- ✓ Apostar na visibilidade tecnológica

Passo IX

Implementação do Plano de Melhoria

(Início do Ano Letivo 2014/2015)

- ✓ Processo de monitorização e avaliação
- ✓ Prazos e resultados esperados claros
- ✓ Responsável por cada ação de melhoria (coordenação)

Passo X

Planear a próxima Avaliação Interna

(Final de 2014)

- ✓ O processo de avaliação interna deve ser regular e sistemático e deve procurar verificar os efeitos das ações de melhoria implementadas dentro da organização.

Instrumentos a Construir/Utilizar

- ✓ Questionário Geral
- ✓ Registos Administrativos
- ✓ Relatórios de Conselho de Docentes
- ✓ Relatórios de Conselhos de Turma
- ✓ Avaliação do Plano de Atividades
- ✓ Relatórios Estruturados Específicos
- ✓ Questionários Específicos (percursos escolares alternativos)

Dimensões a Avaliar

- | | |
|-------------------------------|---|
| ✓ Instalações | ✓ Planos de Turma |
| ✓ Serviços | ✓ Projetos das Áreas Disciplinares |
| ✓ Recursos Materiais | ✓ Projetos das Áreas Não Disciplinares |
| ✓ Serviço Docente | ✓ Enriquecimento Curricular |
| ✓ Serviço Não Docente | ✓ Iniciativas de Animação Sociocultural |
| ✓ Comunicação Interna | ✓ Apoio Educativo |
| ✓ Articulação com as Famílias | ✓ Avaliação de Alunos |
| ✓ Documentos Orientadores | |

Diagnóstico

Consideramos importante o processo de avaliação interna porque traz vantagens para a escola, uma vez que:

- É uma ferramenta sólida de diagnóstico do estado global da escola num dado momento, servindo para identificar os seus pontos fortes e os pontos de melhoria, permitindo traçar planos de ação consistentes com o Projeto Educativo, que conduzirão às referidas melhorias ou, até mesmo, à reformulação deste;
- É uma metodologia válida a todos os níveis da escola;
- É uma forma de alinhar os objetivos e metas da escola configurados no seu Projecto Educativo, com a política e estratégia definidas;
- É uma boa prática de gestão de processo de melhoria, promovendo o trabalho em equipas multidisciplinares e a participação e o envolvimento de todas as pessoas, em particular dos professores aos diferentes níveis da gestão curricular;
- É uma forma de motivar as pessoas, assegurando a partilha e um retorno contínuo de informação que permitirá a melhoria das práticas, imprimindo à avaliação interna uma função educativa e de aprendizagem;
- É um processo que poderá promover o intercâmbio de práticas de melhoria contínua ao nível dos vários órgãos de administração e gestão da escola;
- É uma forma de fomentar e integrar iniciativas de melhoria da qualidade no funcionamento corrente da escola;
- É uma mais-valia relativamente ao conhecimento das realidades em análise.

Os membros da equipa de avaliação interna tiveram a preocupação de utilizar diferentes fontes de informação para construírem um diagnóstico que reflectisse a realidade da escola com a máxima fiabilidade possível, considerando que a escola é uma realidade extremamente complexa, que o real é uma construção pessoal de base social e que a nossa capacidade de interpretar a realidade é sempre limitada e parcial.

Foram diagnosticados um conjunto de pontos fortes e pontos fracos que a seguir se apresentam.

Fontes de Informação

- Legislação de referência
- Bibliografia especializada: modelos de autoavaliação, CAF, PAVE
- Anteriores relatórios de autoavaliação
- Documentos de referência da IGEC
- Projeto de intervenção do Diretor

Pontos Fortes

- As escolas do Agrupamento constituem espaços de inclusão em que todos e cada um são aceites. Prova disso são o elevado número de alunos de diversas origens e culturas e o também elevado número de alunos com necessidades educativas especiais.

Em 2012.2013, havia 63 alunos com NEE;

- O Agrupamento pertence à Rede de Escolas Escxcl;
- Envolvimento em diversos projetos de âmbito nacional potenciadores das aprendizagens dos alunos: Parlamento dos Jovens, Educação para a Saúde, Projeto SOBE, PROSEP/Clube do Mocho, Desporto Escolar, Plano Nacional de Leitura e Programa Eco-Escolas;
- Utilização da Biblioteca Escolar como pólo dinamizador de projetos e atividades de enriquecimento curricular: atividades no âmbito das literacias (de leitura, de informação e digital – *Projeto Literacias de informação* (9º anos) e *Formação do Utilizador* (1º e 2º ciclo); *Encontros e Feiras do Livro e de Autor* – para a comunidade educativa; *Semana da Leitura* (diversas atividades no âmbito da leitura e da escrita, envolvendo toda a comunidade escolar e educativa; *Concurso Nacional de Leitura* (3º ciclo) e *Concurso Interconcelhio de Leitura* (2º ciclo); divulgação de listagens e dossiês temáticos de apoio aos currículos (para alunos e professores);
- O aproveitamento do tempo de Estudo Acompanhado e Apoio ao Estudo para atividades de reforço essencialmente dirigidas à Língua Portuguesa e à Matemática;
- Participação dos alunos em visitas de estudo, comemorações, ateliês, concursos, clubes e projetos, dinamizados no âmbito dos Planos Anuais de Atividades do Agrupamento.
- Participação em diversos concursos de âmbito local, nacional e internacional;
- Existência de computadores em todas as salas da escola sede, introduzindo-se o uso do programa sumários e facilitando a utilização dos projetores portáteis disponíveis;
- Maioria das salas foi equipada com projetores fixos, o que permitiu uma utilização mais generalizada de recursos digitais nas aulas;
- Melhorias nos canais de comunicação através da utilização sistemática de correio eletrónico e da incrementação do uso do Portal do Agrupamento como forma de divulgação junto da Comunidade Educativa;
- Foi criado o endereço eletrónico da reprografia que permite o envio de trabalhos para impressão e reprodução, a partir de casa e em qualquer horário;

- Os designados “quiosques digitais” situados no hall de entrada e no bar dos alunos da escola sede permitem a divulgação contínua de eventos e atividades;
- Alguns Projetos/Atividades possibilitaram a participação e envolvimento dos Encarregados de Educação e de outros elementos da comunidade na vida escolar. A título de exemplo, referimos:
- A realização da *Feira das Sopas*, em 2011.2012 e 2012.2013;
- A realização do *Foto-paper*;
- A realização da Bienal de Artes, em 2010.2011 e 2012.2013;
- Frequência de um conjunto significativo de Ações de Formação maioritariamente organizadas em colaboração com o Centro de Formação desta área de influência, incidindo em áreas fundamentais para a prossecução da melhoria das práticas letivas: Desenvolvimento Curricular; Didáticas específicas; Avaliação e TIC.

Pontos Fracos

- Inexistência de um representante do pessoal não docente na equipa de avaliação interna;
- Falta de representantes dos alunos na equipa de avaliação interna;
- Ausência de um amigo crítico na equipa de avaliação interna;
- Ausência de partilha de boas práticas;
- Pouca notoriedade do trabalho desenvolvido, por falta de divulgação;
- Planeamento de curto prazo;
- Articulação entre os diferentes ciclos de escolaridade;
- Articulação entre os conteúdos lecionados nos vários ciclos;
- Existe o consenso que atualmente o cumprimento de regras não é habitual em grande parte dos alunos e prejudica as aprendizagens.

Professores e funcionários confrontam-se diariamente com a necessidade de implementar regras de conduta, sem que todavia se sintam apoiados eficazmente no quadro legal existente. Tem vindo a revelar-se um aumento do número de alunos com comportamentos disruptivos, que afetam as atividades dentro e fora da sala de aula, criando uma imagem negativa na comunidade.

- Necessidade de melhorar mais os resultados escolares.

Oportunidades

- Melhorar o alinhamento entre a avaliação externa e a avaliação interna;
- Elevar o perfil de avaliação interna;
- Promover a utilização do mesmo conjunto de critérios externos na avaliação interna;
- Criar uma plataforma para troca de informações com base em evidências confiáveis e comparáveis;
- Afirmar a importância da aprendizagem e do ensino e dos resultados dos alunos para a avaliação interna, levando a uma discussão mais aberta da prática dos professores;
- Criar uma estrutura estude as causas dos comportamentos disruptivos dos alunos, que afetam as atividades dentro e fora da sala de aula, que sirva para intervir de forma rápida e eficaz;
- Introduzir critérios sobre qualidade de ensino nas discussões entre professores;
- Criar um quadro para a apresentação da escola que se inicia com a avaliação da qualidade do ensino, os resultados dos alunos e as medidas que estão previstas para otimizar a relação entre os dois;
- Avaliar a forma como a escola vai progredindo na sua própria avaliação interna;
- Utilizar a reflexão e a autoavaliação dos resultados para melhorar a aprendizagem;
- Publicar os relatórios da avaliação interna anual, no sentido de mostrar a evolução do processo e que medidas se pretendem tomar para melhorar.

Constrangimentos

- Falta de experiência e de formação sobre a implementação de um processo de avaliação interna no agrupamento;
- Impossibilidade real de uma análise global, apenas conseguimos observar, monitorizar e avaliar parcelas da realidade e/ou da qualidade do nosso agrupamento;
- Falta de impacto dos processos de avaliação interna ao nível do planeamento da escola e, também, na definição das políticas educativas;
- Necessidade de encontrar formas e tempos para que os outros elementos da comunidade educativa possam envolver-se e participar ativamente no processo.

Perante o diagnóstico realizado, o Agrupamento assume um conjunto de prioridades orientadas para o aumento do sucesso educativo, a valorização do trabalho desenvolvido pelos colaboradores, o aumento do envolvimento dos pais, encarregados de educação, alunos e parceiros nas atividades e, ainda, o estabelecimento de protocolos com instituições/empresas da região. Defende também a melhoria da qualidade de vida nos espaços escolares, na perspetiva de uma formação integral dos alunos, apelando aos valores cívicos de cidadania.

Considerando os aspetos a melhorar, os pontos fortes a manter e o cumprimento da missão do agrupamento, no plano estratégico do Diretor foram definidas as seguintes prioridades:

- Reforçar a promoção do sucesso;
- Continuar a desenvolver uma cultura participativa no Agrupamento;
- Continuar a desenvolver a ligação à comunidade;
- Promover a apropriação consciente das regras de convivência e respeito, em diferentes contextos;
- Reforçar a cultura interna de autoavaliação.
- Adotar medidas que favoreçam a igualdade de oportunidades;
- Incrementar planos realistas e viáveis a nível operativo, de modo a melhorar o sucesso académico dos alunos;
- Incrementar um bom clima de trabalho em cada sala de aula, visando a melhoria das aprendizagens escolares dos alunos, dos índices de sucesso e de abandono;
- Reforçar o apoio no ensino/aprendizagem nas disciplinas de português e matemática;
- Continuar a promover as atividades de natureza experimental e de desenvolvimento do raciocínio matemático, adquirindo os materiais necessários e apoiando os professores que levam a cabo estas práticas;
- Otimizar a relação pedagógica (professor/aluno) com base na dignificação da autoridade;
- Manter o papel da Biblioteca Escolar/Centro de Recursos no desenvolvimento de hábitos de leitura e pesquisa de informação disponibilizando as verbas possíveis para a aquisição de livros e de outros suportes;
- Continuar a promover as ofertas de percurso de formação alternativas para população escolar com insucesso ou em risco de abandono;
- Continuar as parcerias com entidades ou instituições para a promoção de respostas educativas adequadas e para a transição para a vida pós escolar dos alunos com necessidades educativas especiais;

- Otimizar os recursos educativos especializados e as medidas de promoção e sucesso escolar;
- Fomentar a interdisciplinaridade e a articulação entre níveis e ciclos de ensino garantindo uma sequencialidade de ciclos;
- Manter a ligação com a CPCJ para a resolução de problemas socioeconómicos e comportamentais dos alunos;
- Aumentar a oferta de clubes e de atividades extracurriculares, disponibilizando todos os recursos possíveis, materiais e humanos;
- Manter a qualidade da participação dos Encarregados de Educação e da Autarquia na participação e organização de atividades do grupo/escola;
- Continuar a investir num plano de formação, implementando ações de formação cada vez mais diversificadas, de modo a assegurar a atualização do pessoal docente e não docente;
- Manter o leque de parcerias, protocolos e projetos com as diversas instituições, de modo a contribuir para o enriquecimento da população escolar;
- Reforçar a formação continua da equipa de avaliação interna no sentido de se desenvolver uma cultura de reflexão e autorregulação;
- Continuar a operacionalizar as estratégias de desenvolvimento dos objetivos previstos no PEA (Projeto Educativo do Agrupamento).

Áreas de Intervenção

Resultantes das prioridades definidas pelo Diretor as áreas de intervenção da equipa de avaliação interna são os nove (9) campos de análise dos três (3) domínios propostos pela Avaliação Externa das Escolas, no sentido de ultrapassarmos as fragilidades detetadas pela IGEC ao nível da continuidade e abrangência da autoavaliação, na coerência entre a autoavaliação e a elaboração e implementação de planos de melhoria e na participação da comunidade educativa.

Também o Parecer sobre a Avaliação Externa das Escolas do Conselho Nacional de Educação, faz uma recomendação no sentido de a autoavaliação se articular com a avaliação externa:

A avaliação interna/auto-avaliação tem de assumir uma particular centralidade e a sua articulação com a avaliação externa torna-se essencial. Esta deve colaborar para promover e incentivar as dinâmicas das escolas no sentido de reforçar as suas capacidades de auto-avaliação, enquanto organização, e as aprendizagens de cada um dos grupos da comunidade educativa. Importa apoiar directamente a auto-avaliação das escolas, nomeadamente, proporcionando formação adequada aos seus responsáveis. (CNE, 2008, pp. 13-14).

Por considerarmos que os resultados (Escolares, Sociais e o Reconhecimento da Comunidade) são os que ainda ocupam a centralidade na definição das políticas educativas nacionais e constituem a maior preocupação dos alunos, das famílias, dos professores e da comunidade, periodizamos para monitorização no corrente ano letivo, nesta 1ª fase do processo, o domínio dos resultados, com os respetivos campos de análise: Resultados Escolares, Resultados Sociais e Reconhecimento da Comunidade.

Domínios a Monitorizar / Avaliar

Ações a Desenvolver, Calendarização e Instrumentos de Monitorização

Os instrumentos de monitorização antes de serem distribuídos pela comunidade serão aferidos e validados pela equipa, se possível com a ajuda de profissionais especialistas, por exemplo da Escola Superior de Educação de Castelo Branco, um dos parceiros deste Agrupamento.

Domínio dos Resultados

Domínio 1: RESULTADOS			
1.1 - Campo de Análise: RESULTADOS ESCOLARES.			
Objetivos	Ações	Calendarização	Instrumentos de Monitorização
<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar os resultados dos alunos em todos os ciclos. - Reduzir a diferença entre a classificação interna de frequência e a classificação de exame nacional. - Melhorar a média da classificação nas provas finais do ensino básico. - Dar continuidade aos projetos de âmbito plurianual. - Manter os níveis residuais de abandono escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Definição clara dos objetivos específicos, a fim de reduzir a ambiguidade e facilitar a tomada de decisão relativamente às estratégias educativas a delinear; - Reflexão sobre os resultados escolares. - Monitorização dos casos de risco de insucesso escolar. - Adoção de práticas de avaliação diagnóstica. - Realização de atividades no âmbito do PNL. - Manutenção do projeto Testes Intermédios. - Implementação de planos de melhoria. - Desenvolvimento de projetos inovadores centrados nos interesses dos alunos. - Avaliação do impacto da formação após a saída da escola. - Sinalização de potenciais casos de abandono escolar. - Monitorização dos apoios prestados pelos serviços de ação social às famílias. - Organização de registos de causas das desistências e do abandono escolar. 	Ano Letivo 2013/2014	<ul style="list-style-type: none"> - Atas dos diferentes órgãos de direção, administração e gestão do agrupamento. - Relatórios anuais dos resultados escolares. - Relatórios das diferentes estruturas de orientação educativa. - Relatórios do PAA. - Questionários de satisfação. - Relatórios de autoavaliação. - Grelhas de registo criadas pela equipa.

Domínio 1: RESULTADOS			
1.2 - Campo de Análise: RESULTADOS SOCIAIS.			
Objetivos	Ações	Calendarização	Instrumentos de Monitorização
<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar os resultados dos alunos conforme alínea d) do art.º 119.º Direitos do aluno Regulamento Interno do AE. - Integrar representantes dos alunos, dos pais e encarregados de educação nas equipas que constroem os documentos que regulam a vida do agrupamento. - Integrar um representante dos alunos e do pessoal não docente na equipa de autoavaliação. - Incentivar uma maior participação dos alunos, dos pais e encarregados de educação nas atividades e projetos do agrupamento. - Incentivar práticas solidárias. - Apoiar a inclusão. - Apoiar as iniciativas dos alunos e dos pais/encarregados de educação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inquirição acerca do grau de satisfação dos alunos e das famílias. - Incentivo à participação dos alunos e dos pais e encarregados de educação na organização dos documentos importantes para o agrupamento conforme alíneas m) e n) do art.º 119.º Direitos do aluno do Regulamento Interno do AE. - Apoio e disponibilização dos recursos para a realização de atividades de iniciativa dos alunos e dos pais/ encarregados de educação conforme alínea p) e q) do art.º 119.º Direitos do aluno do Regulamento Interno do AE. - Reforço das relações com as famílias fomentando uma maior abertura e aproveitando as suas experiências. - Criação do gabinete de gestão de conflitos. - Colocação de caixas de sugestões por várias espaços (conforme alínea o) do artº 119º Direitos do aluno do Regulamento Interno do Agrupamento). - Organização de atividades de formação pessoal e social que envolvam os alunos (conforme alínea r) do artº 119º Direitos do aluno do Regulamento Interno do Agrupamento). - Organização de atividades solidárias que envolvam os alunos e as famílias. 	Ano Letivo 2013/2014	<ul style="list-style-type: none"> - Atas dos diferentes órgãos de direção, administração e gestão do agrupamento. - Relatórios anuais dos resultados sociais. - Relatórios das diferentes estruturas de orientação educativa. - Relatórios do PAA. - Questionários de satisfação. - Relatórios de autoavaliação. - Grelhas de registo criadas pela equipa.

<ul style="list-style-type: none"> - Reunir uma vez por período com os delegados de turma. - Diminuir o número de participações de natureza disciplinar. - Resolver eficazmente as situações de indisciplina. - Incentivar a articulação entre equipas. - Manter a equipa de coordenação de projetos. - Prosseguir a participação dos coordenadores das equipas no Conselho Pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de encontros com os alunos e os pais/ encarregados de educação para debate de questões importantes, resolução de problemas, apresentação de projetos e partilha de boas práticas. - Incentivo ao trabalho voluntário por parte dos alunos (conforme alínea e) do art.º 119.º Direitos do aluno do Regulamento Interno do AE. - Organização de atividades de apoio à inclusão, designadamente dar continuidade às comemorações do Dia da Pessoa com Deficiência conforme alínea i) do art.º 119.º Direitos do aluno do Regulamento Interno do Agrupamento). - Promoção da participação dos alunos e dos pais/ encarregados de educação em projetos de iniciativa local, nacional e internacional, com implicação na melhoria do serviço educativo. - Divulgação das atividades do agrupamento junto das famílias. - Atualização sistemática da página e do facebook do agrupamento e dos Boletins Informativos. - Desenvolvimento de projetos e de clubes ligados ao exercício da ética, da cidadania, das ciências, do ambiente e das artes. - Continuidade do Projeto de Desporto Escolar. - Continuidade do Projeto de Educação para a Saúde - Organização de momentos de articulação entre as várias equipas (do projeto educativo, do PAA e projetos, de autoavaliação, de comunicação e divulgação). 	<p>Ano Letivo 2013/2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Atas dos diferentes órgãos de direção, administração e gestão do agrupamento. - Relatórios anuais dos resultados sociais. - Relatórios das diferentes estruturas de orientação educativa. - Relatórios do PAA. - Questionários de satisfação. - Relatórios de autoavaliação. - Grelhas de registo criadas pela equipa.
---	--	---------------------------------	--

Domínio 1: RESULTADOS			
1.3 - Campo de Análise: RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE.			
Objetivos	Ações	Calendarização	Instrumentos de Monitorização
<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar os resultados dos alunos. - Integrar representantes dos parceiros da comunidade nas equipas que constroem os documentos que regulam a vida do agrupamento. - Incentivar uma maior participação dos parceiros nas atividades e projetos do agrupamento. - Fomentar o desenvolvimento de projetos da comunidade na escola. - Assinar protocolos com as entidades parceiras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inquirir o grau de satisfação da comunidade. - Incentivo à participação da comunidade na organização dos documentos importantes para o agrupamento. - Apoio e disponibilização dos recursos para a realização de atividades de organismos da comunidade, na escola. - Promoção de protocolos com entidades parceiras. - Reforço das relações com a comunidade fomentando uma maior abertura e aproveitando os recursos recíprocos. - Organização de encontros com a comunidade para debate de questões importantes, resolução de problemas, apresentação de projetos e partilha de boas práticas. - Promoção da participação do Agrupamento em projetos de iniciativa local, nacional e internacional, com implicação na melhoria do serviço educativo. - Divulgação das atividades do agrupamento e da comunidade. - Atualização sistemática da página e do facebook do agrupamento e dos boletins informativos. 	Ano Letivo 2013/2014	<ul style="list-style-type: none"> - Atas do Conselho Geral. - Questionários de satisfação. - Relatórios de parcerias. - Grelhas de registo criadas pela equipa.

Nota / Grelhas de Identificação dos Domínios a Avaliar:

Domínio 1 – Resultados (Anexo 1)

A avaliação dos resultados deverá ter como referência indicadores diversos, tais como:

- Taxas de transição, Taxas de Desistência, Qualidade do Sucesso Escolar, Níveis de Absentismo Escolar, N.º de Participações Disciplinares, Nível de Participação dos Alunos nas Atividades e Nível de Participação dos Pais e Encarregados de Educação.

Domínio da Prestação do Serviço Educativo

A monitorização deste domínio assenta no pressuposto que as variáveis de escola com mais impacto nas aprendizagens dos alunos são a qualidade dos professores e as práticas de sala de aula (tal como indicam as organizações nacionais: IGEC, CNE, e internacionais: OCDE, UNESCO, EURYDICE).

Domínio 2: PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO			
2.1 Campo de Análise: PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO.			
Objetivos	Ações	Calendarização	Instrumentos de Monitorização
		Ano Letivo 2014/2015	

Domínio 2: PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO			
2.2 - Campo de Análise: PRÁTICAS DE ENSINO.			
Objetivos	Ações	Calendarização	Instrumentos de Monitorização
		Ano Letivo 2014/2015	

Domínio 2: PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO			
2.3 - Campo de Análise: MONITORIZAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM.			
Objetivos	Ações	Calendarização	Instrumentos de Monitorização
		Ano Letivo 2014/2015	

Nota / Grelhas de Identificação dos Domínios a Avaliar:

Domínio 2 – Prestação do Serviço Educativo (Anexo 2)

Domínio da Liderança e Gestão

Este domínio será monitorizado com base no pressuposto que as escolas de qualidade são aquelas em que as lideranças se preocupam com os princípios de igualdade e inclusão, que promovem a interculturalidade, a cidadania, a valorização moral e ética; aquelas em que a gestão é transparente e justa na execução das suas decisões; aquelas que se articulam com as medidas de política educativa a nível autárquico, buscando a participação qualificada das famílias e de outros agentes externos; aquelas que têm como finalidades principais a melhoria das aprendizagens e a prevenção do abandono, para o que definem metas de desenvolvimento e usam a informação estatística para avaliar o progresso e adequar a sua ação.

Domínio 3: LIDERANÇA E GESTÃO			
3.1 - Campo de Análise: LIDERANÇA.			
Objetivos	Ações	Calendarização	Instrumentos de Monitorização
		Durante o ano letivo 2016/2017	

Domínio 3: LIDERANÇA E GESTÃO			
3.2 - Campo de Análise: GESTÃO.			
Objetivos	Ações	Calendarização	Instrumentos de Monitorização
		Durante o ano letivo 2016/2017	

Domínio 3: LIDERANÇA E GESTÃO			
3.3 - Campo de Análise: AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA.			
Objetivos	Ações	Calendarização	Instrumentos de Monitorização
		Durante o ano letivo 2016/2017	

Nota / Grelhas de Identificação dos Domínios a Avaliar:

Domínio 3 – Liderança e Gestão (A Elaborar em 2014/2015)

Avaliação do Plano de Avaliação Interna

O Plano de Avaliação Interna (PAI) deve ser sujeito a uma avaliação no final de cada ano letivo permitindo definir ou reajustar estratégias de melhoria que se afigurem necessárias e para se poder avançar para a etapa seguinte.

Os resultados devem ser partilhados com os diferentes agentes da comunidade, pois esta interação é fundamental para uma adequação sistemática à dinâmica da realidade do agrupamento.

Pretende-se com a monitorização obter informação acerca:

- do grau de consecução dos objetivos estabelecidos;
- dos obstáculos à sua concretização;
- dos ajustamentos e/ou alterações, melhorias a efetuar.

Instrumentos de Monitorização:

Serão utilizadas metodologias qualitativas e quantitativas que ajudem à divulgação dos resultados e serão elaborados relatórios de avaliação interna.

Calendarização:

No final de cada ano letivo será apresentada uma reflexão sobre o desenvolvimento do Plano de Avaliação Interna ao Diretor, que o apresentará ao Conselho Pedagógico e ao Conselho Geral.

Intervenientes na avaliação:

Equipa de Avaliação interna, Diretor, Conselho Geral, Conselho Pedagógico.

Comunicação / Divulgação do Plano de Avaliação Interna

Pretende-se a ampla divulgação dos resultados da avaliação interna junto da comunidade educativa e da comunidade em geral, através de:

- Apresentação aos docentes em reunião de Departamento;
- Apresentação aos alunos, através dos diretores de turma;
- Sessões de apresentação ao pessoal não docente;
- Apresentação aos serviços técnico pedagógicos;
- Apresentação à Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- Apresentação aos novos alunos, encarregados de educação, novos professores e novos funcionários na sessão de abertura de cada ano letivo;
- Publicação nas plataformas tecnológicas do Agrupamento.

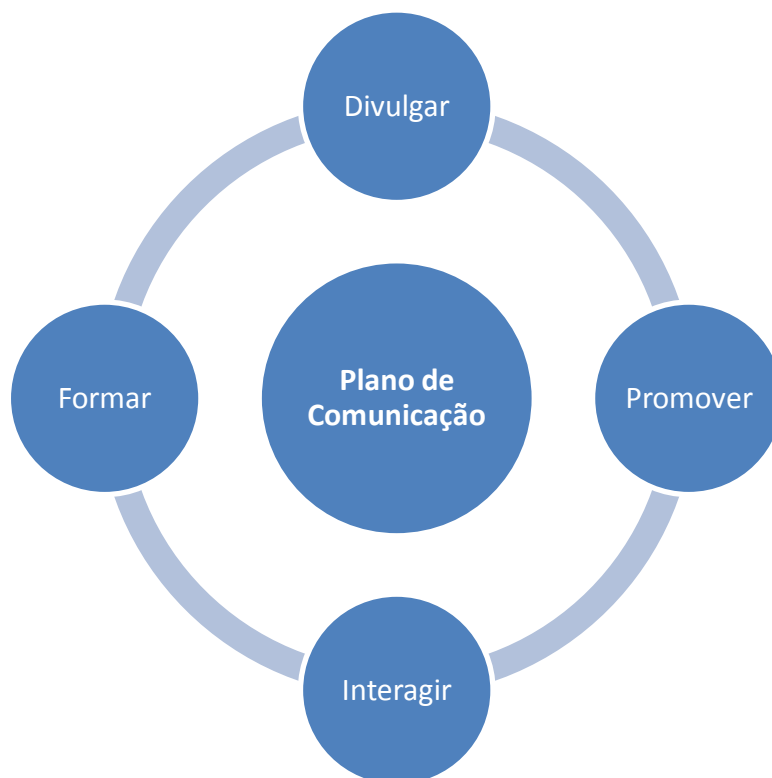
Plano de Comunicação

É na capacidade de comunicação que podemos otimizar o potencial para a melhoria duma organização. Num momento em que se pretende implementar um processo de avaliação interna sobre as práticas deste Agrupamento, consideramos essencial criar um espaço de diálogo que permita não só conhecer o percurso a realizar, como, também, intervir nesse caminho.

Este Plano de Comunicação visa estabelecer um conjunto de momentos e de oportunidades para que a comunidade escolar se possa familiarizar com a avaliação interna, tanto na forma como no conteúdo, assim como em relação aos objetivos que pretendemos nesta iniciativa.

Considerando a multiplicidade de perfis que compõem a nossa comunidade, é importante que este Plano alcance todas as partes interessadas, procurando compreender a vasta teia de interdependências que coexistem na Escola. Esta preocupação impõe um esforço comunicativo acrescentado, visando uma abordagem dinâmica e multifacetada. Interessa, também, alcançar uma plataforma de comunicação simples e funcional, que não surja como mais um fardo para os envolvidos. A chave desta abordagem resume-se ao conceito de acesso, ou seja, privilegiando uma lógica de proximidade.

O que se pretende?



Meios Reunidos:

- Página Web do Agrupamento;
- Redes Sociais
- Correio(s) Eletrónico(s) Institucional(is)
- Páginas de Turmas/Projetos
- Plataforma Moodle
- Blogs de Turmas/Projetos
- Meios de Comunicação Social da região
- Boletins Informativos Digitais
- Anuário do Agrupamento

Objetivos

- Agilizar a comunicação interna e externa;
- Verificar se os estabelecimentos de ensino possuem todas as ferramentas necessárias a uma comunicação eficiente entre os membros da comunidade educativa (docentes, funcionários, alunos e encarregados de educação);
- Melhorar as relações entre a Escola e o Meio;
- Envolver todos os atores e membros da comunidade educativa na inventariação de eventuais problemas e na partilha de responsabilidades na respetiva resolução;
- Potenciar os instrumentos existentes, promovendo um incremento quantitativo e qualitativo na sua utilização;
- Reforçar a participação ativa e esclarecida dos diferentes atores da comunidade educativa na Escola;
- Envolver diretamente a comunidade educativa na construção de instrumentos para a autonomia (Projeto Educativo, Regulamento Interno, Planos Plurianual e Anual de Atividades);
- Desburocratizar, dentro do possível, procedimentos de índole pedagógica.

Monitorização e avaliação

- Realização dum questionário sobre o grau de satisfação sobre a presença online do Agrupamento (página web, redes sociais, plataforma Moodle...);
- Número de comunicações realizado por correio eletrónico;
- Participação da comunidade educativa em ações, eventos e atividades desenvolvidas;
- Quantidade de utilizações, visitas à página do Agrupamento, blogs...

Plano de Melhoria

O relatório anual da Equipa de Avaliação Interna serve de base à organização do Plano de Melhoria (PM) do agrupamento, que incorpora as ações de melhoria resultantes das recomendações da equipa assim como as áreas de melhoria identificadas no âmbito do relatório da Avaliação Externa das Escolas 2014, realizado pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC).

Depois da apresentação dos resultados da autoavaliação à comunidade educativa, segue-se a elaboração de ações de melhoria e a criação das equipas que irão elaborar um plano de implementação das Ações de Melhoria (AM) identificadas, de acordo com um planeamento.

Entende-se por Plano de Melhoria um conjunto de procedimentos e estratégias organizadas e implementadas com o objectivo de promover a melhoria dos processos educativos e aumentar a eficácia dos mesmos. É um processo contínuo de identificação das necessidades e dificuldades dos alunos, dos professores e da comunidade educativa (a), da implementação de estratégias que visam aumentar a eficácia da escola (b) e da avaliação das estratégias e dos sucessos alcançados (c). Diz respeito a um conjunto de objetivos (formulados com base nas evidências da avaliação interna), concretizados em estratégias (operacionalizadas em torno dos alvos a que se destinam, os agentes envolvidos, os recursos necessários, o tempo em que ocorrem) e cujo impacto em vários indicadores (incluindo o desempenho dos alunos) é periodicamente avaliado.

É um instrumento fundamental para potenciar o desempenho dos alunos e a qualidade dos seus resultados (e.g. Department of Education and Early Development, 2005) e constitui-se como um mecanismo organizador de objetivos e estratégias de melhoria, agregador de motivações e do envolvimento dos agentes envolvidos e potenciador de níveis superiores de eficácia.

A proposta para o desenvolvimento do PM assenta nos seguintes pressupostos:

1. A educação é um dos veículos privilegiados do desenvolvimento de uma sociedade em geral, e para o desenvolvimento individual, em particular;
2. O rendimento académico dos alunos continua a ser um dos mais fortes preditores das trajetórias académicas dos alunos;
3. O percurso académico dos indivíduos tem um grande impacto em múltiplos domínios de funcionamento (tipos de emprego que terão ao longo da sua vida, rendimento que auferirão ao longo da vida, manutenção/quebra dos ciclos intergeracionais de pobreza, exclusão social, etc.);

4. O desempenho académico dos alunos não é uma questão determinista: existe um crescente corpo de evidências de que determinados factores determinantes do desempenho académico são passíveis de serem alterados;
5. O impacto que os processos educativos têm no desenvolvimento das sociedades e dos indivíduos e o uso dos recursos públicos na educação justifica que os vários agentes envolvidos na educação elejam a perseguição de níveis superiores de eficácia como uma prioridade.
6. Devido à multiplicidade dos aspectos envolvidos na educação (aspectos políticos, organizacionais, desenvolvimentais) e, devido à complexidade das relações entre os diversos aspectos

os são necessários esforços concretos e baseados nas evidências da investigação que favoreçam uma maior eficácia dos processos educativos;

7. A eficácia educativa é potenciada por processos educativos com características específicas;
8. Níveis superiores de eficácia educativa exigem esforços sistematizados e continuados de identificação de necessidades e de implementação de estratégias. A eficácia não é um resultado mágico, mas resulta de um processo de melhoria.

Legislação Aplicável:

Lei nº 31/2002, de 20 de Dezembro.

Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril.

Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva
julho de 2014

A Equipa de Avaliação Interna

António Manuel Gonçalves Natário
Edite Ribeiro Dias Sequeira
Gisela Jerónimo Bispo Azevedo
Graça Maria Santos Figueiredo Monteiro
Luís António Ferreira Santos
Maria Alice Almeida Nascimento
Paula Isabel Pais Loureiro
Zélia Maria Levita Pires Magueijo

ANEXOS